

História e historiografia das políticas educacionais¹

History and historiography of educational policies

José Luís Sanfelice*

*Professor Titular em História da Educação no DEFHE/FE/UNICAMP. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil' (HISTEDBR).
E-mail: sanfelice00@yahoo.com.br

Resumo

A presente comunicação é um exercício de historiografia. O estudo elege, para objeto de análise, três coletâneas organizadas, respectivamente, por Neves (2005), Dourado (2009) e Saviani (2010). Revela que a primeira coletânea busca a unidade teórica e metodológica na qual todos os autores se utilizam do mesmo referencial, ou seja, categorias gramscianas e marxistas. A segunda coletânea tem por eixo uma questão-problema a que se tenta responder com os recursos de várias disciplinas ou ciências sociais. A terceira coletânea é pautada pela organização diacrônica: "das origens aos dias atuais". Aproximando-se as três obras referenciadas, e guardando-se as suas diferenças, é possível concluir que, em conjunto, oferecem precioso material para a análise das políticas educacionais brasileiras do passado e do presente. Há ampla diversidade de temas e de abordagens.

Palavras-chave

Historiografia. Política educacional. História da educação.

Abstract

This communication is an exercise in historiography. The study elects to object analysis, three compilations organized respectively by Neves (2005), Dourado (2009) and Saviani (2010). It reveals that the first collection, quest theoretical and methodological unity, in which all authors have used the same reference, Gramscian and Marxist categories. The second collection is a matter-shaft problem that tries to answer with the resources of several disciplines or social sciences. The third collection is guided by diachronic organization: "origins to the present day". Approaching the three works referenced, and adhering to their differences, it is possible to conclude that, together, they provide valuable material for analysis of the Brazilian educational policies of the past and present. There is a wide diversity of topics and approaches.

Key words

Historiography. Educational policy. History of education.

¹ Comunicação originalmente apresentada na mesa-redonda intitulada "História e Historiografia das Instituições e das Políticas Educacionais", no IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" – "História da Educação Brasileira: Experiências e Peculiaridades" promovido pelo GT Paraíba do HISTEDBR, em conjunto com os Programas de Pós-Graduação em Educação e História da Universidade Federal da Paraíba, e realizado entre 31 de julho e 03 de agosto de 2012.

Como ocorre em situações semelhantes, a proposta temática sugerida à mesa-redonda é suficientemente ampla para que os expositores façam suas escolhas de como melhor abordá-la. Minha opção recaiu, então, sobre a história e a historiografia das políticas educacionais. Não farei incursões na produção escrita de uma possível história das políticas educacionais de um passado recente ou longínquo e que vem sendo construída por vários agentes e historiadores da educação. Já fiz na II Jornada do HISTEDBR breve conferência em que tateava aspectos relacionados às *Fontes e história das políticas educacionais* (SANFELICE, 2004). Para agora, decidi trabalhar com obras que considero pertinentes ao campo da ciência da história e resultantes do tempo presente. O exercício de historiografia tentarei fazer por minha conta e risco.

Em relação ao conceito de historiografia de que me utilizo, vou economizar a apresentação de maiores esclarecimentos, pois o assumi no transcorrer da IV Jornada do HISTEDBR com o texto *Perspectivas atuais da História da Educação* (SANFELICE, 2006), reafirmei-o no transcorrer da V Jornada do HISTEDBR com o trabalho *História das Instituições escolares* (SANFELICE, 2007) e, posteriormente, com o capítulo intitulado “O HISTEDBR e a historiografia da educação brasileira” (SANFELICE, 2009).

Quanto às obras com as quais passo a dialogar, justificarei a escolha delas ao abordar cada uma. São três coletâneas com um expressivo número de autores participantes, e isso me pareceu ser uma

amostra razoável do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

I

A primeira coletânea eleita foi organizada por Neves (2005) e tem por título *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. Encontrei, já no Prefácio de Carlos Nelson Coutinho à obra, os primeiros indicadores de que seria adequado à presente mesa-redonda partilhar daquela compreensão das políticas educacionais no Brasil contemporâneo, resultante de reflexão teórica e pesquisa empírica do Coletivo de Estudos de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz.

Ao ler e reler o livro, tive que concordar plenamente com o seu prefaciador, Carlos Nelson Coutinho, de que nele chama a atenção:

[...] o mote metodológico que o inspira e orienta: ignorando os falsos limites impostos pela divisão universitária do trabalho intelectual, que tanto mal têm causado a uma correta compreensão dos fenômenos sociais, temos aqui o empenho para conceituar os fenômenos estritamente pedagógicos no quadro de uma ampla compreensão da totalidade social, na qual tais fenômenos encontram sua gênese e sua explicação. Como todos os verdadeiros gramscianos, Lúcia e os membros do seu Coletivo de Estudos são marxistas; e, como diria Lukács, o que distingue o marxismo da ‘ciência burguesa’ é precisamente o recurso

metodológico ao ponto de vista da totalidade (NEVES, 2005, p. 12).

Incorporo o mote identificado: o que distingue o marxismo da ciência burguesa é precisamente o recurso metodológico ao ponto de vista da totalidade.

Em tempos de estudos e trabalhos mais aligeirados e não muito preocupados com as questões de caráter metodológico, a proposta do livro organizado por Neves (2005) é no mínimo alvissareira e independentemente de se concordar ou não com as teorias gramscianas ali utilizadas.

Surpreendeu-me também a coerência interna da coletânea uma vez que todos os autores, dos vários capítulos, buscaram efetivamente se apropriarem das categorias de análise do pensamento de Gramsci para desenvolverem os seus respectivos temas de pesquisa. O eixo central da obra é “a ampliação do Estado brasileiro a partir dos anos 1980 no contexto de implantação e aprofundamento do modelo societário neoliberal”, conforme ficou explicitado por Neves (2005, p. 15) na Apresentação. O argumento a ser desenvolvido é o de que o neoliberalismo que veio se desenvolvendo no Brasil resultou de um programa político específico – o programa da denominada Terceira Via, conforme sistematizado por Anthony Giddens. O livro pretende ser uma crítica a esse modelo a partir do conceito gramsciano de ‘Estado ampliado’ e que assume, cada vez mais, o papel de Estado educador.

Na **Introdução**: Gramsci, o Estado Educador e a nova pedagogia da hegemonia, sob a responsabilidade de Neves

e R. Sant’anna, fica explícita a noção de que “as formações sociais capitalistas são um bloco histórico formado por estrutura e superestrutura, havendo, pois, ‘uma necessária reciprocidade’ entre ambas, ‘reciprocidade que é o processo dialético real’, conforme a teoria gramsciana. As sociedades capitalistas são analisadas sob uma ótica de dupla contradição: “a contradição entre socialização do trabalho e apropriação privada do trabalho social e a contradição entre socialização da política e apropriação individual ou grupista de poder” (NEVES, 2005, p. 21-22). É dada também a conotação de bloco histórico à junção do Estado *stricto sensu* com a sociedade civil (organismos políticos da sociedade civil): ‘sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção’ (p. 25).

Sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolve e desenvolve uma pedagogia da hegemonia, com ações concretas na aparelhagem

estatal e na sociedade civil. (NEVES, 2005, p. 26-27).

É bastante acentuada, apesar da citação acima, a compreensão de que a pedagogia da hegemonia não se impõe sem que ocorram inúmeras contradições e conflitos decorrentes das sociedades de classes. Pode-se mesmo afirmar que as resistências geram, no Estado *stricto sensu* e majoritariamente na sociedade civil, uma pedagogia da contra-hegemonia. As pedagogias da contra-hegemonia foram abordadas na conferência de abertura do presente seminário.

As pedagogias da hegemonia e da contra-hegemonia se deparam em especial no espaço da escola, tendo em vista a dimensão contraditória que a instituição recebeu nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Sendo o Estado capitalista um Estado de classes, tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente, embora, contraditoriamente, dependendo do grau de difusão da pedagogia da contra-hegemonia na sociedade civil, a mesma escola esteja permeável à influência de outros projetos político-pedagógicos. (NEVES, 2005, p. 29).

O conjunto das substantivas transformações que o capitalismo proporcionou no final do século XX – o nível de racionalização do modo de produção, a mundialização da produção, a introdução da microeletrônica e da informática na organização do trabalho e no cotidiano dos cidadãos

– “determinaram a elaboração de um novo tipo humano, de um novo homem coletivo, conforme aos novos requerimentos da reprodução das relações sociais vigentes”. Mas junto veio “o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida de um contingente cada vez maior de trabalhadores”. Tornou-se necessário, por parte do capital, “redefinir suas estratégias de busca do consenso da maioria das populações no limiar do século XXI” (NEVES, 2005, p. 32). E o Estado buscou novas formas para o seu papel de educador na medida em que, onde houve antes o Estado de bem-estar social, agora se implantou o Estado neoliberal.

De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida agora como ‘excluídos’, ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de forma de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe. (NEVES, 2005, p. 33).

Após a Introdução, a coletânea organizada por Neves (2005) se divide em três partes: I – A nova pedagogia da hegemo-

nia; II – A nova pedagogia da hegemonia no Brasil e, III – A nova pedagogia da hegemonia no Brasil: experiências concretas.

Em síntese, pode-se dizer que os autores primeiro apresentam os pressupostos, os princípios e as estratégias do projeto neoliberal da Terceira Via, suas implicações na formulação da nova pedagogia da hegemonia e a identificação objetiva da presença dela nas orientações e diretrizes dos organismos internacionais para que os Estados, mundialmente, orientem de forma prática suas políticas sociais e, óbvio, as políticas educacionais. A crítica, reitero, é realizada a partir das principais categorias das teorias de Gramsci.

Quanto ao Brasil, as principais alterações que por aqui ocorreram desde os anos oitenta do século XX, até o início do século XXI, são analisadas como o contexto no qual se difundiu a nova pedagogia da hegemonia e se buscou construir a sociabilidade neoliberal inspirada na Terceira Via. São focados os governos de FHC e os dois primeiros anos do governo Lula destacando-se as estratégias burguesas para a obtenção do consenso social, a reforma do Estado e os mecanismos regulatórios produzidos.

Finalmente, a pesquisa de natureza empírica contribui para que se visualize concretamente como atuam os aparelhos privados na difusão da pedagogia da hegemonia destacando os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica – diretrizes para a construção de uma nova cultura cívica –; as ações da Fundação Belgo-Mineira para educar as novas gerações de trabalhadores segundo

seus ideais, ideias e práticas; a doutrina e a prática filantrópica da Igreja Católica e a experiência da Vila Olímpica da Maré, implementada pela ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM).

Uma das conclusões a que se pode chegar com a leitura da coletânea organizada por Neves (2005) é a de que, no atual momento do capitalismo globalizado, inúmeros arranjos (políticas focadas) foram se desenvolvendo no sentido da manutenção do próprio capitalismo e em busca de um consenso dos cidadãos para que esse projeto se realize. A nova pedagogia da hegemonia espraia-se, portanto, por todos os nichos da sociedade e em suas instituições. Não é impossível afirmar que, em decorrência dela, a subjetividade das pessoas também foi atingida.

Outra conclusão, retiro-a das palavras do prefaciador da obra já citado e com o qual concordo, de novo, integralmente:

A extraordinária importância deste livro não resulta apenas dos seus méritos enquanto pesquisa teórico-empírica rigorosa e fundamentada. Resulta também do fato de que ele confirma com brilho a extraordinária fecundidade e atualidade das categorias do marxismo em geral e de Gramsci em particular – quando bem entendidas, como é precisamente o caso aqui – para a compreensão dos mais decisivos fenômenos do mundo de hoje. (NEVES, 2005, p. 13).

Encerro a minha abordagem sobre esta primeira coletânea assinalando que ela não foi produzida no campo da pesquisa histórica educacional ou da história das

políticas educacionais, mas sim da política educacional, e o seu resultado final é extremamente pertinente aos historiadores da educação. É uma leitura filosófica do real.

II

A segunda coletânea à qual quero me referir foi organizada e apresentada por Dourado (2009). Recebeu o título de Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios? A proposta do livro é:

[...] abordar os múltiplos processos regulatórios que demarcam as políticas e gestão da educação básica e superior no Brasil tendo por norte analítico uma importante questão: que novos marcos regulatórios vivenciamos na/ para a educação básica e superior no Brasil? (DOURADOS, 2009, p. 7).

Boa parte do conteúdo do livro foi previamente apresentada num seminário promovido na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), em abril de 2008. Pode-se dizer que o eixo unitário da obra é garantido pela pergunta acima destacada e a partir da qual os autores desenvolveram suas respectivas temáticas. O leque das temáticas é bastante amplo e o mesmo se pode dizer dos fundamentos teórico-metodológicos presentes no conjunto dos capítulos. Portanto aqui não se buscou a unidade teórico-metodológica que orientou a coletânea organizada por Neves (2005). Como já dito, a pergunta original foi o denominador comum a mover o desenvolvimento analítico dos vários textos.

A apresentação final da coletânea está composta de cinco partes, a saber:

1 Avaliando as políticas e gestão da educação básica: marcos regulatórios e perspectivas

Dois enfoques são dados ao tema. O primeiro é a busca das tendências atuais das políticas públicas sociais, com destaque às políticas educacionais na realidade brasileira, mas dentro do contexto latino-americano. O recurso é a sociologia e seus conceitos mais recentes de ação pública, *governance* e regulação usados para interpretar as relações entre Estado e sociedade civil na gestão das políticas públicas. A tese é a de que são necessárias novas categorias de análise para se entender a dinâmica social dos últimos tempos.

O segundo enfoque privilegia as relações entre avaliação e gestão no âmbito das políticas direcionadas à educação básica efetivadas no Brasil, a partir dos anos 1990.

2 Políticas curriculares e educação básica: impasses e perspectivas

Dois capítulos bem complementares entre si compõem a temática. O primeiro busca uma ampla resposta para a pergunta: por que as reformas curriculares têm fracassado no Brasil? O outro considera o currículo da educação básica um campo em movimento, um campo em permanente disputa, que merece o debate atual tendo em vista a qualidade da educação.

3 Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): limites e perspectivas

Um primeiro texto busca identificar como se inserem as facetas universalização e qualidade nos dois instrumentos de planejamento público da educação: o PNE, 2001-2011 e o PDE, 2007... e, como eles encaminham seis categorias temáticas: “[...] insumos básicos para a qualidade universal: infraestrutura; gestão; jornada escolar/organização pedagógica; avaliação; financiamento; formação e valorização profissional” (NEVES, 2005, p. 76).

O segundo texto volta-se para os mesmos dois documentos – PNE, PDE – visando resgatar o “processo de sua elaboração e aprovação, que expressa as disputas ou articulações entre diferentes concepções e projetos para a educação nacional” (NEVES, 2005, p. 101).

4 Políticas de formação de professores: novos desafios e regulações

Uma primeira abordagem do tema privilegia a questão da formação inicial dos profissionais do magistério na dimensão da prática pedagógica e também da atividade intelectual, numa postura portadora do exercício consciente da crítica e humanista.

A segunda abordagem busca:

[...] apreender e explicitar, no atual contexto sociopolítico e econômico, os novos desafios presentes no processo de definição das políticas de formação dos professores no Brasil, tomando

como foco de análise as mudanças recentes que ocorrem no curso de Pedagogia e no âmbito da Capes, bem como contribuir para ampliar o conhecimento sobre aspectos importantes dos processos políticos que engendram essa política de formação. (NEVES, 2005, p. 135-36).

5 Políticas e gestão da educação superior atual: autonomia, avaliação e financiamento

Um artigo desta última parte da coletânea busca recuperar na história da educação superior brasileira os embates travados pela sua consolidação e por meio da análise da legislação. “O pressuposto é que as políticas e a gestão da educação superior no Brasil são marcadas por múltiplas regulações, envolvendo diferentes atores, interesses e prioridades” (NEVES, 2005, p. 149). Analisam-se as políticas dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, a interpenetração das esferas pública e privada, o patrimonialismo, a desigualdade social e a ação incisiva do Estado.

Um segundo artigo elege o eixo autonomia-financiamento-avaliação para analisar como ele foi tratado nos oito anos do governo FHC e no período 2003-2008 do governo Lula no que tange a Universidade brasileira. Quais foram as vertentes marcantes que trataram do referido eixo? Público ou privado? Processo ou produto? Mercado ou sociedade?

Finalmente um terceiro artigo apresenta algumas notas teóricas sobre re-

gulação e educação superior, tomando por referência a avaliação e distinguindo as políticas de Estado das políticas de governo.

O propósito da coletânea, a partir da pergunta que a motivou, acredito ter sido alcançado. O seu conteúdo e as diferentes abordagens adotadas pelos vários autores trazem contribuições para a história e historiografia das políticas educacionais recentes. Não me parece razoável que os historiadores da educação a ignorem sob o argumento de que ela não foi produzida no campo e com o propósito da ciência da história². Fica sinalizada, para o historiador da educação e das políticas educacionais, a necessidade da interlocução com a sociologia, a economia e a política.

III

A terceira coletânea sobre a qual quero tecer alguns apontamentos foi organizada por Saviani (2010) por ocasião do décimo aniversário da Sociedade Brasileira de História da Educação e que, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, produziu a coleção *Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil*.

² Participaram da coletânea organizada por Dourado (2009) os seguintes autores: Dalila Andrade Oliveira, Sandra Zákia Lian Sousa, João Ferreira de Oliveira, Marcelo Soares P. da Silva, Catarina de Almeida Santos, Regina Vinhares Gracindo, Andréia Ferreira da Silva, Mirian Fábria Alves, Antonio Flávio B. Moreira, Márcia Angela da S. Aguiar, Luís Fernandes Dourado, Nelson Cardoso Amaral, Alfredo Macedo Gomes e Janete Maria Lins de Azevedo.

É, sem dúvida, das três coletâneas abordadas, aquela que mais está alicerçada no campo da ciência da história. As coletâneas anteriores são imprescindíveis para a história e historiografia das políticas educacionais, mas a presente é fruto de um grupo de historiadores da educação que já produziu e continua produzindo expressivo número de trabalhos na área. Como anuncia Saviani (2010, p. 11)... “este livro foi organizado em onze capítulos dispostos em ordem diacrônica, das origens aos dias atuais”.

O livro é intitulado *Estado e políticas educacionais na História da Educação Brasileira* e tem um capítulo inicial, de autoria do próprio organizador, onde se discute a questão da promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira como uma imbricação que é analisada no tempo longo. Embora o texto de SAVIANI abranja tempos históricos com os quais as coletâneas anteriores não trabalharam, é possível afirmar que há grande relação entre sua postura teórico-metodológica e a coletânea de Neves (2005). Quanto ao tema, é desnecessário insistir, entre historiadores da educação, o quanto é relevante, para os dias de hoje, dias de privatização explícita da educação, refletir sobre as raízes históricas de tal procedimento que vem ferindo a luta progressista em defesa da escola pública de qualidade, laica, gratuita e para todos.

Na forma diacrônica anunciada, dois capítulos do livro abordam o contexto da atuação jesuítica no Brasil. Discute-se a noção de Estado, o Estado português e consequentemente do Brasil, e a política

educacional naquele modelo. Nesse caso, os textos acabam se complementando pelo conjunto de fontes e bibliografia que agregam, ou pela ênfase que cada autor atribui a determinados aspectos.

O período colonial é ainda objeto de investigação num capítulo que elege o pombalismo como tema, ou seja, “estudar o projeto da ação pombalina em matéria de ensino público à luz de sua relação com o movimento ilustrado que interagia com o Marques de Pombal no tempo de sua atuação política” (NEVES, 2005, p. 108-109).

As políticas da educação no Império brasileiro são abordadas por meio da sua expressão “nas principais leis que regulamentaram a educação escolar no período” (NEVES, 2005, p. 153). São analisadas as primeiras iniciativas imperiais para a difusão da instrução pública, a Reforma Couto Ferraz de 1854 e o Decreto n. 7.247 de Leôncio de Carvalho.

A seguir temos um capítulo que é mais temático do que focado em uma determinada conjuntura. Trata-se de discutir e analisar o “confessionalismo versus a laicidade no ensino público”. Há inicialmente um apuro conceitual sobre o que é laico ou leigo e sobre o *status* da laicidade, para propor a questão: “desde quando procede arguir o Estado brasileiro quanto à laicidade?” (NEVES, 2005, p. 187). O tratamento do tema se estende por toda a história do Brasil até chegar à sua configuração nos dias atuais.

A Primeira República (1889-1930) é também apresentada, na dimensão da sua política educacional, pelo exame das

leis e das Reformas. As leis são concebidas como registros de valores e de ideias característicos de um determinado período histórico. O objetivo é tornar mais claro como as reformas educacionais representam o espírito de uma época e um jogo de forças políticas.

A seguir, avançando cronologicamente, é feito um estudo das relações entre o Estado e a Escola Nova. Várias das manifestações da Escola Nova são apresentadas e se destaca o Manifesto dos Pioneiros.

O texto seguinte é dedicado à política educacional do Estado Novo estudando o sistema educacional colocado a serviço da implantação da política autoritária. Ressalta-se a concepção da educação como problema nacional, a ligação entre educação e saúde, bem como a ênfase na educação moral. Nos debates da época envolvem-se o Estado, os militares, a Igreja e os educadores, sendo os três últimos diferentes forças da sociedade civil.

O período da ditadura civil-militar do movimento de 1964 é abordado com uma discussão inicial sobre as divergências em torno da forma de interpretá-lo: golpe ou revolução? Segue uma caracterização do Estado pós-64 com destaque à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento para explicitar, naquele contexto, a política educacional aplicada de imediato pela ditadura.

Finda-se a coletânea com uma discussão sobre o conceito de reforma e uma quase avaliação do produto histórico resultante de várias reformas educacionais ao longo das diferentes conjunturas da his-

tória do Brasil e das políticas educacionais implementadas pelo Estado³.

A coletânea organizada por Saviani (2010) não mantém uma unidade teórico-metodológica entre seus autores. A proposta parece não ter sido esta. O produto final oscila desde opções pelo marxismo, interlocuções com o marxismo ou o apelo à Nova História. A organização diacrônica para um período de longa duração, com coerência temática, assegurou a historicidade dela.

IV

Encerro agora o breve exercício aqui proposto com o apontamento de algumas questões gerais.

Os ouvintes e possíveis leitores do presente texto devem ter observado que não apresentei, a cada capítulo de cada uma das coletâneas, o resultado obtido pela análise desenvolvida pelos autores dos respectivos temas. Seria extremamente longo procurar fazê-lo. A ideia que me moveu foi a de aproximar as três coletâneas, por exemplo, para ministrar um curso

de história das políticas educacionais no Brasil. Na somatória condensada das contribuições que se pode tirar de cada uma delas, a primeira grande vantagem é a quantidade de informações que se adquire e que, no cotidiano, quando estamos mais voltados para uma atividade acadêmica específica, nos passam um tanto despercebidas. Ali temos a contribuição de múltiplos autores que se orientaram pelas coordenadas dos organizadores para trazerem suas contribuições específicas do ponto de vista teórico-metodológico, no uso e manuseio de fontes, no agregamento crítico de bibliografia e em inúmeros temas resultantes do passado remoto, do passado recente e do presente das políticas educacionais, do Estado e da sociedade civil, que foram e vêm se constituindo no Brasil.

As distintas orientações das coletâneas não são necessariamente excludentes no que diz respeito à produção do conhecimento. É claro que isso poderia ocorrer se o material analisado fosse outro. Entretanto aqui prevaleceu no meu propósito uma ideia que traduzo livremente de Wallerstein (2007, p. 106): ser histórico não é uma propriedade exclusiva das pessoas chamadas historiadores, mas é uma obrigação de todos os cientistas sociais. Ser sociológico não é uma propriedade exclusiva de certas pessoas chamadas sociólogos, mas uma obrigação de todos os cientistas sociais. Os problemas econômicos não são propriedade exclusiva dos economistas, as questões econômicas são centrais para qualquer análise científico-social. Não é seguro que os historiadores profissionais saibam mais sobre as explicações históri-

³ Apresentam a coletânea organizada por Saviani (2010) Wenceslau Gonçalves Neto, Regina Helena Silva Simões, como organizadores da coleção *Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil*. O organizador prefacia a obra e é autor de um dos seus capítulos. Os demais autores participantes são: José Maria de Paiva, Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, Carlota Boto, Maria Cristina Gomes Machado, Luiz Antonio Cunha, Geraldo Inácio Filho, Maria Aparecida da Silva, Marcus Vinicius da Cunha, José Silvério Baia Horta, José Luís Sanfelice e Carlos Roberto Jamil Cury. Sobre a obra, cf. Castanho (2011).

cas, nem os sociólogos saibam mais sobre os problemas sociais, nem os economistas sobre as flutuações econômicas que outros cientistas sociais ativos. Não existem monopólios de sabedoria nem zonas de conhecimento reservadas às pessoas com determinado título universitário.

Posso então concluir que as três coletâneas incorporaram características de síntese. No primeiro caso são abrangentes as contribuições para um mesmo referencial teórico. No segundo, são amplos os aportes para uma pergunta-problema formulada. No terceiro caso, a diacronia histórica conduziu os autores para a temática explicitada no título da própria

coletânea. O exercício de historiografia que aqui fiz, por minha conta e risco, pode ser considerado a tentativa de uma nova síntese que resulta de contribuições filosóficas, sociológicas, do campo da economia, da política e da própria história à compreensão das políticas educacionais no Brasil.

Se podemos entender que as sínteses mentais buscam traduzir totalidades reais e que as tendências pós-modernas na pesquisa histórico educacional se encaminharam para um procedimento oposto, é oportuno lembrar o mote: o que distingue o marxismo da ciência burguesa é precisamente o recurso metodológico ao ponto de vista da totalidade.

Referências

CASTANHO, S. Estado e políticas educacionais na educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação – SBHE*, v. 11, n. 3 (27), p. 153-182, 2011.

DOURADO, L. F. (Org.). *Políticas e gestão*. Da educação no Brasil: novos marcos regulatórios? São Paulo: Xamã, 2009.

NEVES, L. M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: XAMÃ, 2005.

SANFELICE, J. L. Fontes e história das políticas educacionais. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, Maria I. M. (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 97-108.

_____. Perspectivas atuais da História da Educação. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (Orgs.). *Educação em debate*. Perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 23-52.

_____. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil*. Conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 75-93.

_____. O HISTEDBR e a historiografia da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 299-313.

SAVIANI, D. (Org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010.

WALLERSTEIN, I. (Coord.). *Abrir las ciencias sociales*. Madri: Siglo XXI de España, 2007.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado para publicação em janeiro de 2013